



RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES

**NO COMPLEXO DIVINO PAI ETERNO
DISTRITO SUDOESTE - MUNICÍPIO DE
SÃO FÉLIX DO XINGU**

MAIO/2023

COMITIVA DE ACOMPANHAMENTO – REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

DEPUTADOS DA ALEPA:



Deputado Estadual BORDALO/PT,
Presidente da CDHDC/ALEPA



Deputado Estadual AVEILTON SOUZA/PL,
Membro da CDHDC/ALEPA



Deputado Estadual TORRINHO
TORRES/PODEMOS

ACOMPANHAMENTO EXTERNO:

Defensoria Pública da União, Dr. MARCOS A. WAGNER TEIXEIRA –
Defensor Público, Chefe da Defensoria Pública da União no Estado do Pará

Instituto de Colonização e Reforma Agrária de Marabá/PA:
REGINALDO NEGREIROS – Superintendente Regional/INCRA/Marabá

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Félix do
Xingu/STTR, SIRLENE SOUZA CARVALHO – Secretária Geral

Câmara Municipal de São Félix do Xingu: SERCINO CRISTO – Vereador
e Líder do Governo Municipal no poder Legislativo

Prefeito do município de São Felix do Xingu, Sr. JOÃO CLEBER

Delegado HENNISON JOSÉ JACOB AZEVEDO- Diretor de Polícia do
Interior

Delegado JOSÉ CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS – Superintendente
Regional de Polícia Civil do Alto Xingu

Delegado ALMIR ALVES

Grupamento Tático Operacional da Polícia Militar do Pará
Delegado de Conceição do Araguaia

Delegado DIEGO MÁXIMO da Delegacia Especializada em Conflitos
Agrários- DECA

EQUIPE TÉCNICA DA ALEPA:

Raquel Castro
Édila Lima
Lilian Campelo

EQUIPE TÉCNICA EXTERNA:

JOAQUIM – Agente Distrital
do Distrito Sudoeste

PRODUÇÃO DO RELATÓRIO

Édila Lima
Priscila Herondina Reis de Souza
Kauan Luiz Melo França
Ricky Sam Thomas Melo Brasil

PROJETO GRÁFICO

Sarah Souza

Sumário

DA REFORMA AGRÁRIA

04

DA PROBLEMÁTICA AO REDOR DA
REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

05

DA SITUAÇÃO DO COMPLEXO
DIVINO PAI ETERNO

06

DO CONTEXTO DO CONFLITO

08

DA LOGÍSTICA

12

DA ATA DA REUNIÃO

13

ENCAMINHAMENTOS

27

DA REFORMA AGRÁRIA



A reforma agrária é o conjunto de ações e medidas voltadas para garantir a distribuição justa das terras, alterando os regimes de uso e propriedade, a fim de garantir que a maior parte das terras agricultáveis se encontre nas mãos de uma quantidade correspondente de trabalhadores rurais. Em resumo, a política de reforma agrária visa romper com a máxima: “muita terra nas mãos de poucos”, ou seja, objetiva acabar ou diminuir consideravelmente a quantidade de latifúndios no meio rural.

No Brasil dá-se, conforme versa o texto Constitucional, por meio de terras públicas e devolutas que através de termo de concessão de títulos de domínio e concessão de uso, essas terras são na verdade aquelas que se enquadram dentro de bens dominicais (art. 99, III do CCB) que podem ser alienados depois de atendidos os requisitos legais, o termo devoluto relaciona-se ao conceito de terra devolvida ao Estado e que passaram a integrar o domínio imobiliário do Estado brasileiro, englobando todas essas terras que não ingressaram no domínio privado por título legítimo ou não receberam destinação pública (uso comum e/ou especial).

Outro importante avanço, especificamente para fins de reforma agrária, foi a lei de desapropriação, garantida pela Constituição de 1988, instituída pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, sob o decreto de lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, reformulado pela Constituição, o qual assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de Reforma Agrária, podendo haver também outras prioridades de utilidade por parte da União, sendo assim, o Estado passa a porta o ônus de prover aos proprietários dessas terras uma justa indenização.

A Lei nº 8.629/1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, oferece três formas de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária: título de domínio (TD), contrato de concessão de uso (CCU) ou concessão de direito real de uso (CDRU). Seja qual for a modalidade, é importante destacar a previsão legal de haver o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou por meio de seu núcleo familiar, e de não ceder o uso por um período determinado de dez anos.¹

DA PROBLEMÁTICA AO REDOR DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

O grande adversário da efetivação da reforma agrária no território brasileiro são os grupos oligárquicos compostos pelos grandes latifundiários, ou seja, os grandes detentores de terra. Nesse argumento, a maior parte desses latifundiários ainda está enquadrada como posseiros que não tem a propriedade daquela terra de forma documentada, sendo a natureza delas juridicamente pública, para que esses grupos de latifundiários busquem manter a posse sobre essas áreas é feito uso o excessivo, e muitas vezes de maneira criminosa, da força, violentando comunidades inteiras, e em muitos casos por meio de assassinato das lideranças comunitárias visando a intimidação dos demais, sendo essa a triste realidade encontrada no ambiente campestre brasileiro.

Segundo informa a Comissão Pastoral da Terra (CPT)², de janeiro a junho de 2022, das 601 ocorrências de conflitos por terra, 554 foram referentes a violências contra as famílias e/ou contra as pessoas, 45 ocorrências de ocupações/retomadas e 2 a ocorrências de acampamentos. Em 2021 foram 549 ocorrências de violência contra as famílias e/ou contra as pessoas, 19 de ocupações/retomadas e 2 de acampamentos.

Com mais de um terço da porcentagem das violências sofridas no Eixo Terra, estão os indígenas, seguidos por quilombolas (com quase um quarto dessa porcentagem), sem-terra, posseiros e assentados.

¹ file:///C:/Users/prisc/Downloads/guia-reforma-agraria-22012021%20(1).pdf

² <https://www.cnbb.org.br/levantamento-parcial-da-cpt-aponta-no-primeiro-semester-de-2022-aumento-de-150-no>

DA SITUAÇÃO DO COMPLEXO DIVINO PAI ETERNO



Tramita na Justiça Federal da 1ª Região, especificamente, na Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Redenção-PA, os autos N°. 0004480-53.2015.4.01.3905, que trata de uma Ação Civil Pública, ingressada pelo Ministério Público Federal – MPF e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que busca a reintegração do INCRA na posse do imóvel rural denominado de “COMPLEXO DIVINO PAI ETERNO”, composto, segundo a inicial dos autos, pelas Fazendas denominadas “Rancho Preto”, “Rancho Alegre”, “Flor da Mata III”, “Sombra da Mata”, “Boa Vista”, “Goiânia”, “Vista Alegre”, “Mata Linda”, “Recanto”, localizado dentro do perímetro maior denominada GLEBA MISTERIOSA, todas essas áreas pertencentes a UNI O, tendo como polo passivo os Srs. **KALEY DE JESUS OLIVEIRA, VALTERLI LEITE GUEDES FILHO, PEDRO HENRIQUE GUEDES, JORGE MARINHO DE SOUZA, EDSON COELHO DOS SANTOS, KATIA REGINA TRINDADE OLIVEIRA, MARIA JOELMA ANDRADE NUNES, SIRLEI LOPES VALADAO SOUZA, JOSE IRIS DE SOUZA NUNES, BELCINA COELHO DOS SANTOS, ABRAHAO AIRES DOS SANTOS, BRUNO PERES DE LIMA, IVAN QUEIROZ DE ALMEIDA, ROSIMARY COELHO DE ALMEIDA e ALMIR LEAO DO AMARAL FILHO**³.

O complexo Divino Pai Eterno é uma área BEM EXTENSA, de aproximadamente 11.000,000 hectares pertencente à Gleba Misteriosa, uma terra pública federal de 230 mil hectares localizada no município de São Félix do Xingu (PA). Desde 2008, duzentas famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocupam a área e reivindicam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a regularização da posse da terra.

³ <https://pje1g.trf1.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=e09b51d840cb3b40f609a3477d2a9581e7eec8446d847878>

Existem naquela localidade construções de residências, igrejas, escola e posto de saúde, e produções da agricultores familiares, que lá residem, assim como a criação de pequenos animais.

Um dos pontos principais alegado pelo MPF e INCRA é que **“o imóvel pertence a União, sendo que o INCRA manifestou seu interesse em destinar o total do imóvel para a reforma agrária”**.

Os referidos autos encontram-se com decisão expedida desde 21/07/2022, pendente apenas de cumprimento, conforme termos abaixo:

Com efeito, a decisão liminar concedida por este Juízo encontra-se plenamente vigente, sendo imperioso o seu imediato cumprimento.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido formulado pelo INCRA, determinando, por conseguinte:

Os referidos autos encontram-se com decisão expedida desde 21/07/2022, pendente apenas de cumprimento, conforme termos abaixo:

Com efeito, a decisão liminar concedida por este Juízo encontra-se plenamente vigente, sendo **imperioso o seu imediato cumprimento**.

Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido formulado pelo INCRA, determinando, por conseguinte:

- a. a expedição de mandado de notificação, desocupação e reintegração de posse em desfavor dos requeridos, concedendo-se aos mesmos o prazo de 30 (trinta) dias para desocuparem espontaneamente o imóvel rural denominado “Complexo Divino Pai Eterno”, constituído pelas Fazendas “Rancho Preto”, “Rancho Alegre”, “Flor da Mata III”, “Recanto”, “Vista Alegre”, “Goiânia”, “Mata Linda”, “Sombra da Mata” e “Boa Vista”, localizado dentro do perímetro de uma área maior, denominada “Gleba Misteriosa”, situada no Município de São Félix do Xingu- PA e matriculada em nome da União, sob o nº 1.591, a fl. 290 do Livro 2-Q, do Cartório de Registro de Imóveis de São Félix do Xingu/PA;
- b. em caso de não cumprimento espontâneo da ordem dentro do prazo estabelecido, proceda-se à desocupação forçada, ficando desde já decretado o perdimento dos bens e semoventes existentes dentro da área em questão, a serem destinados em favor do Município de São Félix do Xingu/PA.

c. Intime-se, pela última vez, a ré SIRLEI LOPES VALADÃO SOUZA, por meio dos seus advogados, para que promova a regularização da representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo regularizada, cite-se a ré pessoalmente.

d. Intime-se, pela última vez, à SEMA para que se manifeste nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena deste Juízo entender que não há interesse do órgão em integrar a lide. GRIFOS NOSSOS

Foram os termos da decisão.

DO CONTEXTO DO CONFLITO

Conforme o Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Comissão Pastoral da Terra, o Complexo Divino Pai Eterno é uma área de 10.239,2731 hectares pertencente à Gleba Misteriosa, uma terra pública federal localizada no município de São Félix do Xingu, onde, desde 2008, duzentas famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocupam a área e reivindicam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a regularização da posse da terra. A área é pleiteada também por oito fazendeiros, que vêm agindo com violência contra os trabalhadores rurais, cujas lideranças da ocupação são as principais pessoas ameaçadas.

O indeferimento de pedidos de posse, em 2014, aos supostos fazendeiros tornou-se motivo de sucessivos conflitos na área, conforme a cronologia de 2004 a 2015 apresentada pelo Mapa de Conflitos (CPT):

7 out. 2004: Incra cria na Gleba Misteriosa o Projeto de Assentamento Antares, com 130 unidades agrícolas familiares.

19 dez. 2007: Incra cria o Projeto de Assentamento Barra Mansa, com 200 unidades agrícolas familiares.

2008: Enquanto São Félix do Xingu (PA) bate, ao mesmo tempo, dois recordes, de maior rebanho bovino do país e de desmatamento, duzentas famílias de trabalhadores rurais sem terra ocupam o complexo Divino Pai Eterno, pertencente à Gleba Misteriosa, com a intenção de serem assentadas nessa área da União.

26 jul. 2011: Através de denúncia dos trabalhadores rurais acampados no complexo, a Polícia Civil do Pará executa a operação Oração do Divino Pai Eterno, prendendo cinco pessoas e desarticulando uma quadrilha de

pistoleiros.

Mai. 2012: A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lança Conflitos no Campo: Brasil 2011 e contabiliza seis trabalhadores sem-terra ameaçados no complexo Divino Pai Eterno: José Goiano, Osvaldo Rodrigues da Costa, Vanderlan Rocha Freires e sua esposa, Luciano Bispo Alves e Lucimar Bispo Alves.

9 fev. 2012: Ocorre em Marabá (PA) a 305ª Reunião de Trabalho da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, com o objetivo de debater os conflitos agrários referentes ao complexo Divino Pai Eterno.

5 mar. 2012: Como resultado da 305ª Reunião de Trabalho da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, a comissão pede ao ministro do Superior Tribunal de Justiça agilidade na solução da divergência de entendimento entre justiças federal e estadual quanto à competência para julgar a ação sobre conflito de posses do complexo Divino Pai Eterno.

ago. 2013: A justiça realiza inspeção no complexo Divino Pai Eterno, constatando que os pecuaristas que requerem a área não mantêm as mesmas atividades produtivas.

abr. 2014: Iniciam-se conflitos entre pistoleiros dos pecuaristas e os trabalhadores rurais sem-terra. As lideranças Félix Leite dos Santos, Roque Santos, José Rodrigues da Silva e Ronair José de Lima são ameaçadas.

17 abr. 2014: Luizmar Gomes é espancado na frente da família e Lourival Gonçalves é baleado na perna.

23 abr. 2014: Agenor Fernandes dos Santos e Francisco da Conceição são baleados.

10 jun. 2014: A Polícia Civil do Pará divulga a operação Novo Oeste, que apreende sete armas de fogo na área do complexo Divino Pai Eterno e detém o gerente dos pecuaristas, acusado de tentativa de homicídio contra um trabalhador rural conhecido como Cabral.

18 jul. 2014: O vice-presidente da associação dos ocupantes do complexo Divino Pai Eterno, Félix Leite dos Santos, é assassinado.

12 nov. 2014: A Polícia Civil do Pará prende um dos pecuaristas que pleiteiam na justiça o complexo Divino Pai Eterno, acusado de ameaçar e envolver-se em homicídios de trabalhadores rurais sem-terra.

23 dez. 2014: A Polícia Civil do Pará prende três acusados de matar o vice-presidente da associação dos ocupantes do complexo Divino Pai Eterno, Félix Leite dos Santos.

10 abr. 2015: Os pecuaristas que pleiteiam o complexo Divino Pai Eterno

requerem na justiça a reintegração de posse da área. 14 abr. 2015: A justiça indefere o pedido de reintegração de posse do complexo Divino Pai Eterno.

10 jun. 2015: A CPT denuncia para a Delegacia Especializada em Conflitos Agrários que o presidente da Associação Novo Oeste do complexo Divino Pai Eterno, Ronair José de Lima, está sofrendo ameaças de morte, provavelmente, de pecuaristas da região.

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Demarcação de Terras Indígenas e de Remanescentes de Quilombos – CPI FUNAI e INCRA 2, mais especificamente no Requerimento nº 044/2016, afirma que o Complexo de Fazendas Divino Pai Eterno é formada por terras públicas da União, reivindicada há cerca de 10 (dez) anos por 150 (cento e cinquenta) famílias trabalhadoras sem-terra para Projeto de Assentamento.

Conforme a CPI-FUNAI e INCRA 2 (2016) a área também é reivindicada por um grupo de supostos fazendeiros que em 2009 ingressaram com ação de interdito proibitório, mas que foi convertida em reintegração de posse em face das pessoas trabalhadoras rurais, cujo processo foi iniciado em São Félix do Xingu e por motivos de conflitos no local foi transferido para a Comarca de Redenção.

Até a publicação deste Requerimento da CPI, em 2016, contabilizava-se a morte de cinco trabalhadores rurais, quais sejam:

2010: ROGÉRIO DE JESUS FERREIRA

2010: JOCELINO BRAGA DA SILVA

2011: FRANCISCO LEITE FEITOSA

2014: FÉLIX LEITE DOS SANTOS

2015: OSVALDO RODRIGUES COSTA

Não obstante, em 2016, houve a solicitação do presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara de Deputados, Deputado Federal IRAJÁ ABREU/PSD, junto ao Tribunal de Contas da União de realização de auditoria dos procedimentos administrativos realizados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário através do PROGRAMA TERRA LEGAL e pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal na condução dos processos de regularização fundiária de glebas de terras rurais de propriedade da União na região conhecida como Complexo Divino Pai Eterno, Gleba Misteriosa, no muni-

cípio de São Félix do Xingu. Tal solicitação resultou em negativa através do Acórdão 1245/2016/TCU.

O TCU reconheceu a existência de fracionamento de área com vistas à regularização de terras por meio do PROGRAMA TERRA LEGAL, comprovou a ausência de posse mansa e pacífica por parte dos requerentes nos processos de regularização fundiária analisados, bem como, o TCU não identificou irregularidade, ilegalidade ou abuso nos atos processuais praticados pelo MDA ou pelo INCRA e concluiu pela lisura e manutenção de todos os atos administrativos havidos nos processos de regularização por esses órgãos, relativos à área em tela.

Conforme o trabalho jornalístico da Agência Pública citado no Requerimento nº044/2016/CPI FUNAI e INCRA, ratificou-se que 150 famílias de trabalhadores rurais disputam com grileiros uma área de 9.700 hectares, uma terra pública da União registrada em 1983, como Gleba Misteriosa, pelo antigo GRUPO EXECUTIVO DAS TERRAS DO ARAGUAIA—TOCANTINS (GETAT) ainda no tempo que a região recebia intervenção direta dos militares.

Essa Agência Pública noticiou que desde 2008, há pressão dos trabalhadores rurais junto ao Estado para a criação de Projeto de Assentamento, bem como, pedido de regularização por supostos fazendeiros, com isso, seguindo os trâmites administrativos, técnicos do PROGRAMA TERRA LEGAL vistoriaram a área e perceberam a ausência de posse mansa e pacífica dos fazendeiros, condição imposta para a regularização de terras da União na Amazônia Legal, bem como, que não havia divisão de terras, mas havia fracionamento área no pedido de regularização dos supostos fazendeiros.

Conforme análise do citado trabalho jornalístico, esse fracionamento se deve a tentativa de enquadramento no limite de 1.500 há estabelecido na Lei 11.952/2009 como condição para a tal regularização. E ainda conforme a reportagem, o fracionamento foi documentado em 2012 com a criação de fazendas inexistentes, pois anteriormente, o Complexo era dividido nas seguintes cinco fazendas: DIVINO PAI ETERNO, ÁGUA BOA, RODEIO, SÃO JOSÉ e SOMBRA DA MATA. A partir do fracionamento, ocorre mudança nos nomes e quantidades, ou seja, surgem as seguintes oito fazendas: RANCHO PRETO, RANCHO ALEGRE, RECANTO, VISTA ALEGRE, GOI NIA, MATA LINDA, SOMBRA DA MATA E BOA VISTA. Não suficiente, os técnicos do PROGRAMA TERRA LEGAL descobrem mais uma fazenda, a FLOR DA MATA III. Todas essas fazendas somam a única área de 9.700 hectares. Destaque-se

que nessa vistoria foi identificado que a lei de criação do PROGRAMA TERRA LEGAL é de 2009, porém documentos de Cessão de Direitos Possessórios apresentados pe-

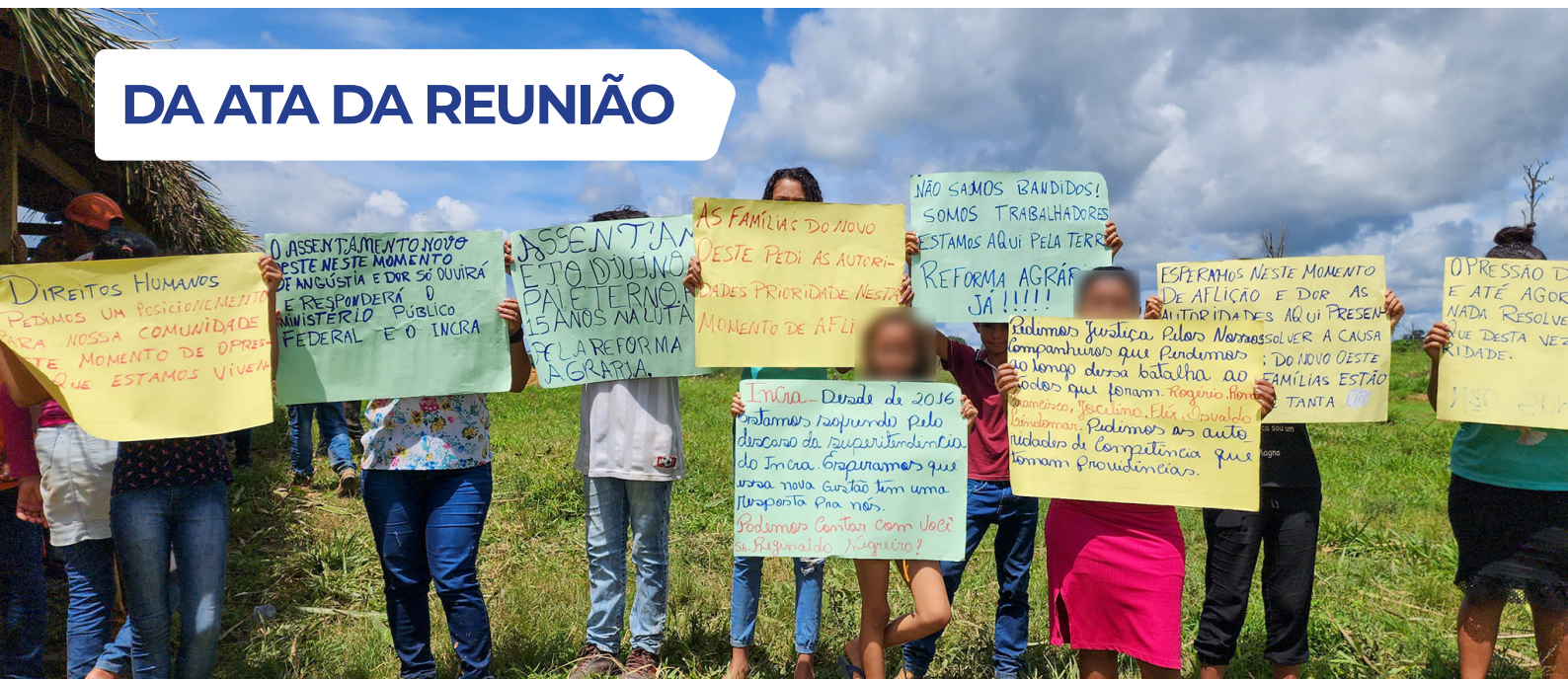


A viagem foi realizada de avião que partiu às 08:00 de um Hangar ao lado do Aeroporto Internacional de Belém, o qual pousou às 09:10 no aeroporto de Marabá para somar à Comitiva o Senhor Reginaldo Negreiros, Superintendente Regional do INCRA e pousou às 10:10 em São Félix do Xingu, onde a Comitiva foi recepcionada pelo Prefeito João Cleber e Superintendente e Delegados da Polícia Civil, bem como, pelo Grupamento Tático Operacional da Polícia Militar. A partir da cidade de São Félix do Xingu, a senhora SIRLENE SOUZA CARVALHO, do STTR/SFX integra a Comitiva que segue viagem às 10:50, em dois aviões tipo bimotor, cedidos pela Prefeitura deste município e pousa às 11:40 no Distrito Sudoeste, onde também foi recepcionada por equipes de segurança pública da Polícia Civil e Polícia Militar e ainda, por uma Ambulância para caso de alguma urgência de saúde. Com breve pausa para almoço, às 12:20 a Comitiva segue desse Distrito até o Complexo Divino Pai Eterno, de carro por estradas de terra de bom estado de conservação até a entrada da vicinal que leva ao Complexo.

A partir desse ponto, as vicinais que adentram a área de litígio, eram de difícil acesso, ainda assim, a comitiva seguiu de carro até o Acampamento. Acrescente-se ainda, aproximadamente 150 metros de caminhada até o barracão onde se encontravam os colonos para a reunião, com chegada às 13:30. Neste último trajeto, de Sudoeste ao Complexo, a comitiva foi acompanhada de viaturas da Polícia Civil e Militar com o Delegado Diego, da Delegacia de Conflitos Fundiários e equipe de Policiais Civis, bem como, equipe de Policiais Militares. Destaque-se que a reunião durou aproxi-

madamente duas horas e em seguida, o mesmo trajeto de retorno foi realizado, a partir de 15:30.

DA ATA DA REUNIÃO



A comitiva foi recepcionada com cartazes de manifestos de direitos sociais e fundiários estendidos pelas trabalhadoras rurais. Os colonos já estavam à espera no barracão e com a chegada dos integrantes da Comitiva, a reunião logo foi iniciada às 13:30, com uma oração solicitada pelo Deputado Bordalo e realizada em culto de fervor evangélico efetivada pelo senhor Sebastião. A partir de então, seguem os relatos e pronunciamentos dos presentes:

DEPUTADO BORDALO

Ao saudar as famílias presentes, o Deputado agradeceu a participação dos Deputados TORRINHO TORRES e deputado AVEILTON; MARCOS TEIXEIRA, da DPU/PA; REGINALDO NEGREIROS – INCRA/MAB; SIRLENE SOUZA-STTR/SFX; SERCINO CRISTO – Vereador de SFX e todas as pessoas e instituições que colaboraram para que esta diligência ocorresse, como a Secretaria de Segurança Pública, por meio das Polícias Civil e Militar, o Prefeito JOÃO CLEBER pelo apoio logístico e toda equipe de apoio do Distrito Sudoeste.

O Deputado Bordalo enfatiza que a reunião tem o objetivo de intermediar as demandas junto aos órgãos competentes, como a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, bem como, que a causa do Complexo Divino Pai Eterno está acima de bandeiras partidárias, uma vez que o objetivo é a conquista da paz, da produção do alimento das famílias, do direito à

propriedade, enfim, o direito à dignidade humana.

Em seguida as autoridades saudaram as pessoas presentes e foi dada a palavra às famílias:

COMUNIDADE: SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA

O Senhor Sebastião relatou que está no Acampamento há 15 anos e que pensou que seria rápido o processo de regularização, mas se enganou. Acredita que essa Comissão possa resolver o problema de regularização e de segurança por eles. Que respeitem a Justiça, mas não aguentam mais e resolveram falar, porque pessoas passaram por torturas e ameaças por fazendeiro da região. Solicitou que a DPU conheça mais de perto o problema do local. Solicitou que o Delegado Diego faça cumprir a Justiça.

COMUNIDADE

Vivemos atormenqnam o movimento e possuem armamento pesado. O LINDO-MAR ALVES DIAS que foi morto, já havia apanhado duas vezes dos pistoleiros.

DEPUTADO BORDALO

Como vocês escoam a produção daqui? O que vocês têm plantado?

COMUNIDADE

De tudo tem um pouco. Abóbora. Cacau. Tudo. O cultivo da roça. Mas quero denunciar aqui é a barbaridade que o nosso vizinho tem feito para com o povo. O lema dele era de tirar de quatro em quatro para não virar tumulto. Tirou. Após tudo isso que ele fez, ele tem levado o gado do pessoal e levado para fazenda. Além de tocar o povo para fora, ele tem levado o gado dos companheiros.

- O fazendeiro E. C levou gado e está devolvendo bezerro. E não devolveu tudo. Só para um colono.

DEPUTADO BORDALO

Eu quero saber onde é que entra o fazendeiro aí? Porque nas reportagens se diz que aqui existem os assentados e os grileiros.

MARCOS TEIXEIRA – DEFENSOR PÚBLICO

Há uma ação de reintegração de posse e havia várias pessoas que se denominavam fazendeiros aqui e que tentaram regularizar o imóvel, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário negou, pois entendeu que era objeto de grilagem, uso de docu-

mento falso, entre várias outras irregularidades e direcionou essa área do Divino Pai Eterno para o Projeto de Assentamento.

COMUNIDADE (GISELE)

OLINDOMAR ALVES DIAS foi morto e essa terra aqui era dele. Aqui já teve muita opressão. Quando saiu a posse para o povo aqui, ele chorou de alegria porque ele trabalhava muitas vezes sem comer, para assegurar a terra. Não queremos negociar com quem rouba nosso gado, pistoleiros das antigas. E faz tempo que estamos tentando chamar a atenção das autoridades. O que queremos é a posse de nossas terras para criar os nossos filhos!

Moro a mil metros daqui e elogio o povo que permanece na luta porque somos tratados iguais cachorros apanhando na cara, sendo vítimas de grileiros e principalmente da Justiça, porque ela não é cega, ela vê. Vi um vídeo do Deputado Aveilton, que disse no Parlamento que essa morte é culpa da inércia do Estado, mas quero dizer que ele fazia parte desse Estado. Deputado Bordalo aqui é perigoso, você pode estar aqui e ter alguém mirando na sua cabeça, ter mira na cabeça do Delegado Diego. Olho todos os dias estaca por estaca da minha área, porque aparece arame cortado, vara cortada recente. Do um lado da minha área era a área do Lindomar que foi morto.

O deputado Bordalo disse que não veio trazer solução, veio escutar, mas queremos solução. As famílias estão desenvolvendo depressão devido a tanta opressão, de viver com medo, sob ameaça e não tem um psicólogo para ajudar. O povo aqui é oprimido, será que terei que mudar daqui? Esse descaso que não tem dimensão começa desde o Agente Distrital de Sudoeste até o TRF1.

Desde 2021 falo para o Joaquim, vamos ajustar aquela estrada, ele diz vamos! Tal mês, e assim se repete, não peço mais não. Tenho 36 anos e nunca vi uma política pública voltada p cá. O que vejo é a bala. E término com o dizer do meu pastor nas orações: que não sejamos a próxima vítima!

COMUNIDADE (PASTOR ADOÍLIO LIMA FREIRE)

Estou aqui com minha esposa há dois anos e tudo que tenho está naquele lote, porque trabalhava no laticínio Soberano, eu era encarregado de campo até entregar e vim para cá. E desde então, tenho visto muitas barbaridades, então minha pergunta é: como será depois que vocês saírem daqui? Como ficará nossa segurança?

COMUNIDADE (PADRE PLÁCIO)

Sou Padre Plácio e o povo aqui sabe que o padre tem um grande rebanho aqui. Dia 20/02/2022, fui nomeado para cá e recebi um grande rebanho, não tenho terra, mas tenho o rebanho que assim como tantos pastores que estão aqui sabem que devemos cuidar e zelar. Essa é a nossa missão! Quero cumprimentar todas as autoridades, mas Reginaldo (INCRA) é contigo o assunto, não desrespeitando os outros. Mas, é contigo, nós confiamos em ti aquilo que os companheiros falaram aqui, esses testemunhos escutei várias vezes. No domingo à tarde, dia das famílias descansarem ou conviverem em suas casas e são torturados ou incomodados por pessoas que andam livremente por aí, nós precisamos pensar: ôpa! Algo não está correto!

De fato, faz quinze anos ou mais que aqui começou a programação do assentamento. Começou também os encaminhamentos da esfera da documentação. Então, hoje, creio que nós não estamos aqui só para ver se há algo pacífico entre um e outro. A questão é o INCRA e as demais autoridades que estão aqui fazer isso acontecer. Se não amanhã ou depois, uma e outra família vai morar onde? Na periferia de uma cidade e os filhos vão crescer às vezes sem muita educação e aí temos a marginalidade no Brasil.

Então, não podemos criar isto em nossa região. Nós agradecemos ao INCRA, as pessoas responsáveis que construíram a escola, deixaram o espaço na Vila para as comunidades de fé, tudo isto foi planejado para ter um povo que vive, que trabalha aqui e eu agradeço.

Deputado Bordalo falou assim, como é que nós vamos levar a produção para fora? Ele falou bem. Amanhã ou depois o Joaquim vai dizer sim, eu vou fazer as estradas, eu vou abrir todas as vicinais para quando o Pastor visitar uma pessoa doente, ele não vai levar três horas, mas que ele possa chegar em uma hora. Então, nós a partir da escuta das pessoas que aqui estão e eu sei que alguns estão cansados, por isso alguém pode se exaltar.

Pedimos que não nos exaltemos. Vamos dar o voto de confiança, mas ficar atentos. E também durante essa semana, está o Delegado aqui? Onde está ele agora? Fugiu? (risos ao não o encontrar no momento). O Delegado Diego estava aqui conosco e me parece que a presença dele já fez com que o companheiro que invadiu a terra com muitas vacas já se retirou. Porque se a terra é de alguém devemos respeitar. Eu não vou invadir sua casa. Não pretendo. Por que precisa respeitar? En-

tão nós confiamos em vocês que podem acelerar e encaminhar oficialmente esse Assentamento.

Não é passível de negociação. Não, não tem como! A CPT, o Padre Danilo ainda ontem à noite mandou mensagens e queria que nós todos soubéssemos o que já foi visto pela CPT e com o INCRA. Que não há possibilidade de ser algo pacífico, só de negociação, é preciso encaminhar o Assentamento.

Esse é o nosso pedido. Aqui o Hudson falou, outros falaram. Precisamos olhar para a nossa vida e também viver aqui livres, não com medo. Também aos deputados, os responsáveis que nos ajudem, que não é fácil.

Quero falar de Deus. Eu estava na transamazônica em um período quando voltei. E nós recebemos também orientação, se você passar numa estrada e tiver um acidente você tem que parar para ajudar, para socorrê-los. E eu vi um caminhão virado, eu vi que o homem já estava morto e a mulher machucada, perguntei se eles eram católicos e se queriam a Unção. Ela falou: padre não! agora nós precisamos é de ajuda para levantar o caminhão para que talvez eu possa viver e meu marido. Ela falou isto e uma hora depois faleceu. Aqui nós também estamos desse jeito seu padre, seu pastor vem falar muito de Deus, mas daqui a pouco as pessoas vão nos questionar. É que também precisamos de atitude, de ação que resulte em paz em nossa terra, e isso nós esperamos de vocês. Muito obrigado!

COMUNIDADE (ANDERSON MACHADO)

Quero cumprimentar a todos com a paz do Senhor! Meu nome é Diego Anderson Machado Moreira, eu disse que não falava na frente do doutor Diego, vou dizer por que, é porque ele pegou um depoimento e não deu em nada, mas não quero aqui atacar, quero desde já pedir o perdão a ele, doutor Diego, eu quero dizer o seguinte, nós estamos sendo esmagados, oprimido. Quero dizer do parceiro que LINDOMAR que morreu aqui. Meu companheiro, meu amigo.

Dona Diva, eles deram uma pressão na dona Diva tão grande que ela teve um abalo psicológico, passou uns quinze dias internada, muitos aqui acreditaram que ela nem voltava mais. Nem ela e nenhum irmão do LINDOMAR veio. Quero dizer também que a partir do momento que qualquer um que venha falar aqui, a cabeça já está em jogo. Esse aqui é o nosso viver. Nós estamos aqui sujeitos a morrer em qualquer instante. E se o cidadão veio e tocou ele de casa, primeiro ponto. Segundo ponto, tocou fogo na casa dele. Terceiro ponto, encheu a terra dele de gado. Qual é

a segurança que nós temos aqui? Nenhuma.

Quero agradecer cada um de vocês que veio aqui. Estamos pedindo socorro! Coloquei o gado na segunda feira, por volta de duas horas da tarde, no outro dia eu vim por um sal para o gado, umas cinco horas da tarde e estava o Cupim - o Edson, e com ele, o irmão dele, o Zé Coelho e mais quatro companheiros que eu não sei o nome desses dois.

Eu trabalhei para o Cupim em 2016 como peão. Eu nem tinha terra aqui ainda, o meu sogro não tinha me passado o direito que nós temos lá hoje. E o que nós queremos aqui é socorro, é solução. Como o Padre falou, se nós ficarmos falando muito de Deus e não ter uma solução dos homens da terra, para nós não vai adiantar. Nós precisamos de solução. Doutor Aveilton eu não sei quantos anos passou como Superintendente do INCRA, não sei se foram quatro, se foram dois anos, se ele quisesse ele teria nos ajudado. Está aqui agora o companheiro que vai assumir, se ele quiser nos ajudar isso é muito rápido. E eu quero agradecer aqui o deputado Torrinho e o deputado Bordalo.

DEPUTADO BORDALO

Mas, conta como é que você encontrou seu gado no corredor?

COMUNIDADE

O Cupim estava cercando, ele e o irmão dele, o Zé Coelho e de cá tinham mais dois e tinha dois dentro do pasto. Armados. Armados com a doze e uma pistola, quem estava com a pistola do Cupim era um outro rapaz.

DEPUTADO BORDALO

Muito obrigado! Eu já escutei o suficiente. Nós poderíamos passar dois dias que com certeza os depoimentos seriam sempre na direção de ilustrar ainda mais o caso de vocês. Eu estou na estrada há muito tempo, antes de ser deputado eu acompanhava conflitos de terra. Mas, eu nunca atuei nesta região. Eu sempre atuei na região do Nordeste. Eu comecei a atuar para cá há mais ou menos um ano. É a segunda vez que eu venho. E eu fiz questão de vir aqui hoje, primeiro para dizer que vocês não estão sozinhos. E que a partir de hoje quem veio aqui, foi a Assembleia Legislativa do Pará, não foi somente o cidadão Bordalo, o cidadão que veio aqui foi o Poder Legislativo do Pará. Qualquer agressão que ocorra aqui depois da nossa vinda é uma agressão ao Poder Legislativo do Pará, será uma afronta.

A segunda coisa que quero dizer é que tenham mais unidade entre vocês. Não adianta tentar resolver o problema sozinho, agora é necessário união de irmãos e de irmãs. Tinha um hino que o povo cantava nas lutas do campo que dizia assim “nossos direitos vêm, nossos direitos vêm, se não virem nossos direitos o Brasil perde também”.

O Deputado Aveilton, foi Superintendente do INCRA. Hoje, nós temos novo Superintendente, mas a esfera acima desses superintendentes é que tem a palavra final. Eu tenho certeza que Deputado Aveilton teve todo o interesse de tentar resolver no Governo que ele estava, mas talvez ele não tenha recebido o apoio necessário para resolvê-los. Imagino quantos casos parecidos com o do Complexo Divino Pai Eterno tem chegado ao novo Superintendente do INCRA e eu vou lutar para que o Governo que o nomeou o ajude a resolver o problema da área Divino Pai Eterno.

Ao sair daqui nós vamos emitir um comunicado de socorro da Divino Pai Eterno em nome do Poder Legislativo aos órgãos competentes, assinado pelos três deputados aqui presentes e vamos a partir de amanhã (18/04/2023) fazer chegar a todas as autoridades do estado do Pará e a todas as autoridades federais que tenham alguma responsabilidade com esta questão. Ainda ontem (16/04/2023) eu falei com a Ouvidora do Ministério do Desenvolvimento Agrário que estava em Marabá a qual escutou algumas pessoas daqui da Divino Pai Eterno. Vamos enviar com urgência para a ouvidora um pedido de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (que foi recriado agora porque havia sido extinto), que retome o que estava devidamente planejado.

Com relação à Brasília, vamos acionar a bancada federal do Pará. Somos de partidos diferentes, por isso que o Deputado Torrinho disse muito bem que estamos em uma missão suprapartidária. O nosso partido nesse momento é o povo paraense, são vocês que estão aqui na Divino Pai Eterno.

PAUSA DE INTERVENÇÃO

Nesse momento, houve uma intervenção na fala do Deputado, desacreditando a presença das autoridades, uma vez que segundo o agricultor seria mais uma visita sem solução e que ele espera solução.

DEPUTADO BORDALO

Então, agora eu não sou executor deste problema, mas imagine se eu não tivesse vindo aqui, quem era que ia falar por ti lá fora? É verdade. É verdade. Eu poderia estar noutro lugar, eu como deputado poderia estar em outro canto nesse momento, mas eu estou aqui porque eu quero dar minha mão para ti para gente resolver o problema. Agora, se você não acredita, não tem problema, eu entendo. Mas, não passe a sua desesperança para os outros companheiros. Os outros precisam de fé, de esperança para vencer a luta. E eu vou solicitar amanhã, em nosso nome, uma audiência de urgência com o Secretário de Segurança Pública do Estado que aliás, estão com uma operação bastante significativa em São Félix. O governador decretou emergência ambiental em São Félix do Xingu, por isso o Delegado Diego está aqui. A equipe de policiais será ainda maior para atuar na área e combater o garimpo e desmatamento ilegais e ajudar o município a seguir outra direção. Nesta reunião, há presença do próprio Estado aqui, nós representamos o Poder Legislativo. Não somos autoridade do Poder Executivo, mas podemos articular com o Poder Executivo, sobre a Segurança, por exemplo, solicitar medidas protetivas imediatas e envio de equipe especial enquanto se desenrolam os entendimentos.

Agradeço o respeito com que vocês nos receberam, agradecer por vocês permanecerem firmes na luta e me solidarizar com todas as famílias que já foram vítimas de violência, vítimas de covardia, vítimas de qualquer ato que atente contra o direito à dignidade de vocês e contem comigo, eu tenho certeza que conto com meus colegas deputados para gente se somar a vocês na solução deste problema. Da minha parte, uma boa tarde, que Deus continue a nos ajudar e nos iluminando e nos protegendo. Muito obrigado!

DEFENSOR PÚBLICO MARCOS TEIXEIRA

Devo explicar que enquanto uma área tem um processo judicial correndo na Justiça nenhuma esfera administrativa pode tomar decisão dentro daquela área. Então, nós não poderíamos chegar aqui para resolver o problema de vocês, por quê? Porque nós estamos aguardando uma decisão da Justiça. Se aqui não tivesse ação de reintegração de posse, medida judicial em andamento, o INCRA poderia dizer o seguinte: aqui será criado um Projeto de Assentamento ou será feito uma Regularização Fundiária. O problema é que existe uma ação judicial em andamento na qual saiu uma reintegração de posse no final do ano passado. É a partir desse momento que o INCRA vai receber a área e criar um Projeto de Assentamento ou Regularização Fundiária, uma das duas opções políticas. Antes disso, ainda que o INCRA quisesse ou qualquer um de nós quisesse, não poderíamos nos movimentar em relação a essa área diante de medida judicial em andamento, uma vez que não está na nossa

alçada. É um processo demorado.

Agora no meu entendimento, deputado Bordalo, as suas medidas estão acertadas. Mas, eu acredito que o senhor também como integrante da Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Estado possa contribuir nesta questão de reintegração de posse de forma que em seguida o INCRA possa deliberar sobre essa terra. E a nossa vinda aqui hoje, é para dizer a vocês que enquanto corre esse processo na Justiça, a Defensoria Pública, os Deputados Torrinho, Bordalo e Aveilton vamos tratar a questão da segurança de vocês. Nós não viemos aqui vender facilidade. Sabemos que a dificuldade é muito grande, mas agora vocês têm mais um poder do Estado à disposição de vocês, a Assembleia Legislativa que atuará dentro que for legalmente cabível, como explicaram os deputados. No mais, estou à disposição de vocês enquanto Defensor Público da União.

DEPUTADO TORRINHO

Quero agradecer aqui o companheiro Bordalo, o deputado Aveilton e eu não poderia deixar de vir aqui na minha terra, São Félix do Xingu. Cheguei aqui aos dezessete anos e vivo aqui. Eu sei do sofrimento de cada pessoa que está aqui. Conheço muitos dos que estão aqui, inclusive o Guina trabalhou comigo por vários anos. Ele conhece a nossa luta e tem algumas pessoas que ainda não entenderam a nossa vinda até aqui. Viemos para ouvir vocês e levar essa demanda aos órgãos competentes. É mais um poder de Estado que está tentando atender o clamor de vocês. Esse grito por justiça não é de hoje.

Quero dizer que não sou de acordo em criar um Projeto de Assentamento aqui, eu sou de acordo em fazer uma Regularização Fundiária. Pode ser de 10 (dez) alqueires, de quinze, de vinte, de trinta, mas que faça uma Regularização Fundiária. Não adianta criar mais um Projeto de Assentamento aqui em São Félix, onde já possui 18 (dezoito) sem a menor condição de infraestrutura porque o INCRA não fornece saúde, educação, por exemplo. E isso recai sobre a prefeitura. Passaram quatro anos de um convênio que tinha aqui para fazer a vicinal da Belauto e as empresas que fizeram essa vicinal nunca receberam e se não tivessem outros recursos, estariam passando fome porque o INCRA não pagou. Temos que melhorar! Entrou um novo Governo, o Reginaldo é o novo Superintendente, lá em cima tem o novo Presidente do INCRA e espero por melhores dias para todos vocês! Muito obrigado!

DEPUTADO AVEILTON

O Senhor (Deputado Torrinho) falou na Regularização e no Assentamento. Qual a diferença entre elas? Pessoal, a criação de Projeto de Assentamento é quando o INCRA individualiza uma área, por exemplo, separa mil alqueires e divide em lotes, digamos que sete alqueires para cada um. Mas, hoje na legislação atual para criar um Projeto de Assentamento é preciso publicar um edital de seleção de famílias. Antigamente os assentamentos eram criados assim: vocês estariam aqui, o INCRA viria e assentaria cada um no seu lugar, criando o Projeto de Assentamento Divino Pai Eterno. Em 2015 foi publicada uma legislação que obriga a publicação de edital de seleção para poder criar um Projeto de Assentamento. Então vamos dizer que aqui tem duzentos lotes, por exemplo. O INCRA deve publicar um edital sobre a seleção de famílias para ocupar esses lotes no município de São Félix do Xingu e que disponibiliza para o Brasil inteiro. Isso abre concorrência maior e caso alguém aqui não cumpra os requisitos da Reforma Agrária pode não ser selecionado. Essa é a dificuldade que eu vejo de não ser viável a criação de um Projeto de Assentamento aqui. No Assentamento você é colocado em RB, você recebe a casa do governo, você recebe o crédito fomento, você tem esses benefícios. Porém, a dificuldade do Assentamento é esse edital de seleção que alguns de vocês podem se prejudicar.

Em relação à Regularização Fundiária, se você ocupa uma área, por exemplo, está de posse alguns alqueires, o INCRA pode fornecer o título no seu nome. Você não recebe os benefícios que receberia do Assentamento. Mas, você receberá o título da sua terra. Com esse título você pode pegar o seu crédito no banco, pode tocar a sua vida normalmente. E agilidade também. Essa é a diferença entre Regularização Fundiária e Assentamento. Nós estamos esclarecendo porque vocês perguntaram. Mas isso, o INCRA vai decidir com vocês aqui qual será a melhor forma possível. Mas, são decisões para depois da resolução do conflito. Estando no MDA, vocês farão um diálogo permanente sobre qual será a solução melhor para vocês. Achei importante explicar porque muitos ainda não sabem a diferença entre PA e Regularização Fundiária.

COMUNIDADE: SENHOR SEBASTIÃO

Algumas pessoas enxergam essa indiferença como exclusão das políticas públicas. Quero dizer que vamos continuar trabalhando normalmente como antes, entendeu?

Perfeito! É resistência, trabalhem! Mas, cuidem da segurança! Eu já acompanhei assentamentos em que o pessoal tinha sistema de proteção mútua. Eu cansei de fazer mutirão e em ocupação de três meses! Porque às vezes também, a gente não se pre-

para, não se previne. Vocês estão aqui em uma área conflitiva. Então, todo cuidado é pouco! E toda a área aqui será objeto das medidas que serão tomadas. O INCRA deve levar em conta todas as famílias que estão aqui. Todas as situações deverão ser analisadas para encontrar uma solução definitiva. Não se considerem em grupos separados, mas um único grupo.

INTERVENÇÃO PELA COMUNIDADE

Aqui passam umas duzentas vacas dele. O gado desse homem está ocupando essa área. E esse gado? Não deveria estar aqui!

DEPUTADO BORDALO

Vamos fazer um alerta, vamos pedir proteção do Estado para essa área. Agora, vocês precisam fazer a proteção de vocês também.

DEFENSOR PÚBLICO MARCOS TEIXEIRA

Com relação à diferença entre Regularização e Assentamento, as pessoas que já estão no local tem prioridade para serem assentadas. Mas, essa discussão é posterior à decisão do processo judicial em andamento. O papel da Defensoria Pública é junto aos órgãos de segurança, especialmente a Polícia Militar e o Secretário de Segurança Pública, ou seja, exigir que seja cumprida a decisão. E com o apoio do deputado Bordalo participando da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários onde fará intermediação por vocês.

É por isso a nossa importância de estar aqui. Geralmente, esses episódios de violência acontecem quando eles acham que ninguém está prestando atenção e o papel dessa visita hoje é justamente vir aqui e dizer que tem gente prestando atenção, tem a Defensoria prestando atenção, o Poder Legislativo prestando atenção, mas o nosso objetivo principal agora é fazer cumprir uma decisão que já existe. O Poder Judiciário já mandou os grileiros saírem como administrativamente já foi considerado. E é isso que vamos tentar fazer cumprir, a saída deles daqui da região.

REGINALDO NEGREIROS – SUPERINTENDENTE DO INCRA

Preciso de algumas informações, sobre quantas famílias estão aqui e se as áreas estão delimitadas.

COMUNIDADE

A quantidade de família é em torno de cento e cinquenta famílias desde o início da luta pelo Assentamento, mas essas famílias aumentaram, entende? Então hoje, nós não temos um censo desse povo. Mas deixa eu falar, não permanece o cento e cinquenta em cima das terras. Por quê? Aqui tem uma tira de terra que ela é uma cunhazinha. Tem família que mora só na beiradinha. Entendeu? O lote ficou para dentro porque ele correu. Mas, podemos fazer o censo.

REGINALDO NEGREIROS – SUPERINTENDENTE DO INCRA

Eu quero agradecer a Defensoria Pública. Percebo que alguns não têm noção da dimensão dessa reunião aqui hoje. Nós estamos aqui com a Defensoria Pública da União. Com a Assembleia Legislativa. O deputado Bordalo deixou muito claro, não são três deputados que vieram visitar vocês aqui. É a Assembleia Legislativa presente! São quarenta e um deputados que estão aqui olhando para vocês através desses três deputados que vieram aqui pegar os depoimentos, as informações, então a Assembleia Legislativa está com vocês.

Como eu disse, estou me inteirando da situação. Não tive tempo ainda de reunir com todos os departamentos do INCRA. Hoje eu teria outras reuniões agendadas e o Bordalo me intimou a vir para cá, com isso eu tive que suspendê-las. O que avalio nesse pouco tempo de nomeação é que o INCRA está falido. Poucos servidores para atender vocês, sem recurso, não têm estrutura nenhuma, essa é a verdade. Mas, eu estou confiante que nós vamos mudar isso, eu vim aqui por causa disso, porque eu acredito no governo Lula que me chamou para assumir e eu assumo. Acredito que nós vamos melhorar, criar estrutura para atender o homem do campo.

Deputado Bordalo eu te agradeço pelo convite. Eu não faço promessa, eu cumpro o que eu posso. Preciso dizer a vocês que podemos propor a escolha de criar regularização ou assentamento, mas quem define é o Conselho Diretor do INCRA Nacional. Não sou eu que decido. Nós estamos aqui ouvindo a real situação, vamos propor e o Conselho Diretor do INCRA vai decidir ao final. Agora vocês têm uma boa representação aqui ouvindo vocês e pode ajudar vocês. Creiam no Divino Pai Eterno! Vai dar certo!

SIRLENE – SECRETÁRIA GERAL DO SINDICATO DOS

TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SÃO FÉLIX DO XINGU

Em nome dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de São Félix, boa tarde! Eu vim aqui em nome do senhor Carlinhos e Valmisória do STTR/SFX. Enquanto Secretária Geral da Diretoria do Sindicato dos Agricultores digo que viemos aqui para apoiar vocês e que o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais está de portas abertas para vocês. Quero dizer ao Araão, ao Elias, ao Sebastião que não importa o horário, vocês podem enviar mensagem, estamos 24 horas para a comunidade de vocês. Meu muito obrigada a vocês e a Comissão aqui presente!

VEREADOR SERCINO CRISTO

Boa tarde a todos! Estamos juntos há bastante tempo. Quero agradecer em especial o deputado Bordalo que está aqui conosco, porque o deputado Torrinho que é de São Félix e deputado Aveilton que é de Marabá, são de casa e estamos à vontade. Nós estamos aqui a trezentos quilômetros de Marabá. Estamos em casa. O deputado Bordalo está vindo para mostrar a representatividade da Assembleia Legislativa do Estado. Ele veio representar junto com os colegas, nessa Comissão, a Assembleia Legislativa do Estado.

E dos anos que conheço isso aqui, desde antes a primeira ocupação até os dias atuais, conheço quais são os entraves e os problemas que tem acontecido especificamente aqui dentro. O depoimento de vocês e mais os detalhes que repassamos junto com o deputado Torrinho de toda essa situação deixará o deputado Bordalo hoje, a par do assunto. Mas, o que esse povo mais quer deputado Bordado? É paz. A Regularização Fundiária é boa, é tudo que eles estão sonhando. Mas nesse momento, é paz mesmo!

Durante um período houve até uma calmaria, que não estava tão agressivo. E de uns tempos para cá aumentou essa agressividade, inclusive com roubo de gado dos colonos. Eu estou ouvindo falas de colonos preocupados em ter que entregar o que é dos próprios colonos. São pessoas que não se importam em roubar o gado dos colonos, derrubar as casas deles. Aqui nós temos um amigo que teve a casa derrubada literalmente, tem caso de casa queimada com os bens materiais dentro. Então, o que esse povo quer de urgência é segurança e uma regularização mais rápida, quer ser dono da sua terra.

E daqui para frente, é progresso. O deputado Aveilton é peça principal e também,

o Torrinho, nosso deputado da terra. Tenho orgulho de dizer que o apoiei. Deixei de apoiar o deputado que eu sempre apoiei, que ele sabe que era o deputado Dirceu para apoiar o Torrinho. Não que o Dirceu não mereça, ele é uma pessoa boa.

O Deputado Bordalo é presidente da Comissão de Direitos Humanos e está aqui junto com os deputados Torrinho e Aveilton representando a Assembleia Legislativa e levarão as demandas ao Governo do Estado e mostrarão a importância da situação daqui. Quero agradecer ao prefeito João Cleber que tem sido um guerreiro com relação às estradas. Eu vejo o clamor do povo sobre a situação das estradas. Nós temos ainda, deputado Torrinho, alguns problemas com relação às máquinas, devido à dimensão a ser atendida. O Joaquim (agente distrital) tem passado por situação difícil com relação a isso deputado Torrinho. O pessoal está lá dentro e precisa da estrada, mas tem um impedimento para essa máquina chegar até o serviço.

Acredito que é preciso um acordo do Prefeito com o Ministério Público de forma que autorize a fazermos os trabalhos em área de litígio. O povo precisa da segurança jurídica, de poder dormir e acordar na casinha deles. E pessoal! Acredito que de todas as reuniões que houve aqui, todas foram importantes, mas com a forma resolutiva quanto essa, creio que essa foi a melhor. Até porque eu conheço essas pessoas. Até porque existe uma decisão de governo, tanto o governo federal com o Governo do Estado. No Brasil não cabe mais ocupação de fazenda. Na hora que definir o INCRA faz a regularização fundiária, o que é do colono é do colono e o que é do fazendeiro é do fazendeiro.

Houve ocupação de terra por pessoas que não eram daqui. O pessoal de fora veio para complicar o povo daqui. Mas, quando vocês souberem disso vamos nos proteger antes, para não deixar acontecer. Obrigado Bordalo! Obrigado Comissão!

DEPUTADO BORDALO

Tem uma passagem que diz assim: os cristãos tinham tudo em comum e dividiam seus bens com alegria.

COMUNIDADE

Dois e quarenta e dois de Atos Apóstolos - proferiu a comunidade

DEPUTADO BORDALO

Essa passagem de Ato dos Apóstolos poderia ter um cartaz bem grande e pregado neste belíssimo barracão. Segundo, quero alguns cartazes que eu vi aqui, se possível

me entregarem, que amanhã (18/04/2023) eu vou mostrar no plenário da Assembleia Legislativa. Outra coisa, quando a gente quer animar nossa resistência a gente precisa diariamente fortalecer a amizade entre nós. Vocês não acham? Então, eu pegar os colegas de surpresa: eu, o deputado Aveilton e o deputado Torrinho, vamos fazer uma coleta para enviar para vocês fazerem uma grande comemoração no Dia das Mães. Quando é o dia das mães? É o segundo domingo de maio? Então vamos coletar e enviar um recurso para vocês fortalecerem os laços de amizade.

Filmem essa programação do Dia das Mães, com as crianças envolvidas. Imaginem quando tiverem uma escola aqui! Façam uma programação animada junto com as crianças, homenageiem as mães e reforcem a amizade de vocês. Quanto mais ami-

ENCAMINHAMENTOS

Considerando que os conflitos permanecem e as mortes continuaram e somam até o mês de abril de 2023, o número de 07 mortes, incluindo o assassinato de LINDOMAR ALVES DIAS, conforme citado na reunião realizada no Acampamento dia 17/04/2023, pela diligência da ALEPA.

Considerando o Processo nº 0004480-53.2015.4.01.3905 do Tribunal de Justiça do Estado, da Subseção Judiciária do Município de Redenção/PA, no qual decide pela expedição de mandado de notificação aos supostos fazendeiros sobre a desocupação e reintegração de posse do Complexo Divino Pai Eterno em atendimento ao pedido formulado pelo INCRA.

Considerando a situação de iminente situação de conflito e violência contra os trabalhadores rurais que ocupam o Complexo Divino Pai Eterno mediante a ação de reintegração de posse e da possível articulação institucional para a regularização fundiária ou implantação de Projeto de Assentamento.

Considerando a composição pelo DEPUTADO ESTADUAL CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO, como membro da Assembleia Legislativa do Pará na Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando demandas emitidas pelas famílias agricultoras rurais em uníssono, com pedido de socorro por Segurança Pública e celeridade nos processos de regularização de posse da terra ao DEPUTADO AVEILTON SOUZA, DEPUTADO TORRINHO TORRES e DEPUTADO CARLOS BORDALO, bem como, ao Superintendente do INCRA/MARABÁ- REGINALDO NEGREIRO e ao Defensor Público-Chefe da Defen-

soria Pública da União, MARCOS A. WAGNER TEIXEIRA.

A Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Defesa Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa idosa e das Minorias da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, RECOMENDA:

1. A criação, URGENTE, da Comissão de Conflitos Fundiários pelo **Poder Judiciário Federal, especificadamente o Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que abranje o estado do Pará, em conformidade aos termos do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 828, no qual determinou-se a adoção de um regime de transição para a retomada da execução de desocupações coletivas e despejos suspensas pela presente ação, ordenando, a imediata instalação, pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais. **Tal medida se faz necessária, uma vez que no caso do Complexo Divino Pai Eterno, tramita Processo na Justiça Federal, sob o N.º. N.º. 0004480- 53.2015.4.01.3905, que trata de uma Ação Civil Pública, ingressada pelo Ministério Público Federal – MPF e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – em favor da união, e a reintegração de posse só se daria após a criação deste instrumento conciliatório, para após seguir os trâmites dos projetos de reassentamento de reforma agrária;**

2. Ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar do Brasil, que se adotem um conjunto de medidas jurídicas, de segurança, ambientais, e sociais, que assegurem à regularização de assentamento irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir a efetivação da função social da terra, alcança tanto a propriedade privada quanto a pública, impondo ao Estado formular e executar políticas que visem ao acesso, a permanência, a justa distribuição e utilização dos imóveis para a moradia e para atividades rurais;

3. Ao INCRA, que o referido instituto realize todos os protocolos e levantamentos necessários, de forma a dar celeridade no processo de reassentamento;

4. Ao Governo do Estado do Pará, através da Secretaria Pública e de Defesa Social e Delegacias Especializadas, de forma a superar/amenizar/prevenir a violência e conflito que aquela área em específico apresenta, que se adotem MEDIDAS DE URGÊNCIA, de forma articulada, para garantir a integridade física dos ocupantes da área.

Era o que tínhamos a Recomendar.

Palácio Cabanagem, 31 de maio de 2023.

**Deputado Estadual CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO/PT, Presidente da
CDHDC/ALEPA**

Deputado Estadual AVEILTON SOUZA/PL, Membro da CDHDC/ALEPA

Deputado Estadual TORRINHO TORRES/PODEMOS